

Metas Anuais

Segundo o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

É importante esclarecer que, no dia 07 de Julho de 2023, a STN publicou uma nova versão do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 14ª edição, onde indicam a reformulação dos modelos dos demonstrativos 1, 2 e 3 do AMF, relativos à elaboração das metas fiscais da LDO, permitindo o detalhamento das metas calculadas com e sem os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como as informações referentes os valores dos Juros, Encargos e Variações Ativos e Passivos.

Do mesmo modo, até o exercício de 2022, a meta do resultado nominal era definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. A partir do exercício de 2023, o resultado nominal passou a ser calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

A fim de dar cumprimento a esse preceito da LRF, elaboramos o Demonstrativo de Metas Anuais.

Metodologia das estimativas de receita e premissas de cálculo para o exercício de 2026

Fundamentalmente, as receitas orçamentárias foram estimadas considerando-se a legislação pertinente e especificidades, o histórico da arrecadação, bem como projeções de indicadores econômicos. Sobretudo, destaca-se para a análise macroeconômica a evolução dos indicadores e respectivas projeções do sistema de expectativas de mercado *FOCUS* do Banco Central do Brasil, data de referência de 20/06/2025, assim como a conjuntura de demais variáveis determinantes para a arrecadação no âmbito do Município de Guarulhos.

Postas tais premissas, é importante considerar que os dados econômicos dos cinco primeiros meses de 2025 apontam um possível arrefecimento da inflação, que começa a responder aos aumentos anteriores da taxa de juros de referência, *SELIC*, administrada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, os resultados do *PIB* do 1º trimestre superaram as expectativas do mercado financeiro, impulsionadas notadamente pelo desempenho do setor agropecuário, com resultados excepcionais de safra agrícola. Os dados utilizados de base, coletados pela pesquisa *FOCUS*, data de referência supracitada, previram o crescimento para o ano de 2025 de 2,25% do *PIB* e de 5,25% do *IPCA*, índice de preços ao consumidor amplo. Deste modo, o índice esperado de inflação ainda ultrapassaria o teto da meta da política monetária, mas já apresentou diminuição ante às expectativas utilizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, tais quais baseadas na pesquisa *FOCUS*, data de referência de 28/03/2025.

No âmbito internacional, o momento é no mínimo desafiador, haja vista o aumento de alguns riscos para o cenário ora projetado. Em primeiro lugar, destaca-se o recrudescimento recente dos conflitos no Oriente Médio entre Israel e Irã. Em termos da economia mundial, conflitos no Oriente Médio influenciam muito o comportamento dos preços de petróleo, para além do dano que as guerras por si só provocam em termos materiais e humanos, seja pela destruição de plantas de exploração ou refino de petróleo, seja pela dificuldade ou até estrangulamento logístico de transporte do petróleo extraído na região para o resto do mundo. Tais riscos afetam mormente a cotação do barril do petróleo cru, que por sua vez afeta os preços de todos os

derivados, em particular combustíveis. Com isso, esperam-se repiques em preços de energia e transporte que poderão vir a impactar no aumento da inflação, tanto a doméstica (Brasil) quanto a de economias externas, em especial a norte americana. Em casos como este, há possibilidade de repiques inflacionários, e além da inflação brasileira poder ser inicialmente maior que a prevista, mudanças nas políticas monetárias dos Bancos Centrais podem aumentar as taxas de juros e impactar no crescimento econômico. Frise-se que no início de julho de 2025, Irã e Israel diminuíram as hostilidades entre si, porém possíveis desdobramentos do conflito colocam em dúvida a estabilidade do Oriente Médio, que ainda segue com conflitos na faixa de Gaza. Além disso, os conflitos no continente europeu entre Ucrânia e Rússia oscilam entre maiores enfrentamentos e a chegada a uma negociação final, adicionando tensões geopolíticas no continente europeu e nos mercados de alimentos e energia (petróleo e gás).

Em segundo lugar, os conflitos no comércio internacional devido às políticas de tarifas de importação norte americanas anunciadas em abril, se por um lado parecem ter perdido impacto inicial devido à postergação de sua implementação pelo prazo de noventa dias (em parte concretizada), por outro lado, não parecem totalmente resolvidas quanto às negociações com vários países e blocos econômicos, haja vista que para estes, o prazo inicial de 08/07/2025 fora adiado até 01/08/2025. Nesse contexto, é tanto possível a resolução de alguns acordos comerciais, a exemplo da economia norte americana e sua relação mais proeminente com a China, tanto quanto é possível a prorrogação da implementação de tais tarifas, ou ainda, um quadro mais conflituoso ocasionado pelo restabelecimento da política tarifária, mesmo que de forma unilateral e mais suave que a anunciada em abril.

No contexto da economia dos Estados Unidos da América e sua relação com o Brasil, o governo norte americano não apresentou devolutiva à proposta de negociação brasileira, conforme prazos acima mencionados. Destaca-se que tão somente o adiamento inicial do tarifaço do presidente Donald Trump ao Itamaraty conjuntamente às tarifas praticadas desde abril para produtos brasileiros específicos, já ocasionaram impacto para as exportações do Brasil aos Estados Unidos da América, especificamente de aço, ferro gusa e celulose. Seguidamente, em 09/07/2025 o governo americano impôs barreira tarifária de 50% a todos os produtos exportados pelo Brasil àquele país. Em agosto, apesar da imposição de 50% de tarifas às importações oriundas do Brasil, os Estados Unidos mantiveram cerca de 700 produtos fora do escopo de tais tarifas, e o governo brasileiro ainda articula negociações. Todo esse contexto desenha a instabilidade do momento macroeconômico atual, com efeitos sobre o PIB, inflação e as cadeias econômicas de valor da economia brasileira.

No cenário interno da economia brasileira, estão em pauta os impactos das propostas do governo federal para aumento da arrecadação de impostos com aplicações financeiras, tanto quanto possíveis cortes de gastos fiscais solicitados por parte do Congresso Nacional, haja vista a necessidade do cumprimento de metas do Novo Arcabouço Fiscal. Na gestão da política monetária, a despeito do possível arrefecimento da inflação, e considerando o panorama de incertezas geopolíticas e econômicas no cenário externo aqui citadas, como também a questão fiscal nacional, o Conselho de Política Monetária - *COPOM* decidiu em 18/06/2025 pela elevação da taxa de juros a 15%, e indicou a manutenção da política monetária restritiva por um maior período, isto é, mantendo altas taxas de juros, objetivando o esfriamento da demanda agregada. A manutenção de tal taxa neste nível nos próximos meses visa verificar os efeitos desta política monetária na economia real, pois mudanças na taxa de juros demoram de seis meses a um ano para causarem impacto no produto agregado, emprego, consumo e investimento. Em tempo, na decisão do *COPOM* ressaltaram-se as incertezas quanto ao cenário externo anteriormente citado, a situação fiscal do governo brasileiro, a resiliência dos preços no setor de serviços, tal qual a manutenção de renda e emprego no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, a expectativa de inflação estimada pela pesquisa *FOCUS* para os próximos anos, data de referência de 20/06/2025, prevê inflação ainda acima do teto da meta de

4,5% em 2025, como já dito, ficando em 5,25% para o presente ano, com arrefecimento nos anos seguintes, para 4,55% em 2026, 4,02% em 2027, 3,83% em 2028 e 3,80% em 2029. Já o *PIB*, segundo as projeções de mercado, apresentará resultados menores no ano de 2025 e nos próximos anos, ficando com crescimentos de 2,25% em 2025, 1,85% em 2026, 1,92% em 2027, 2,03% em 2028 e 2,06% em 2029 (valores arredondados para duas casas decimais).

Quanto ao município de Guarulhos, ressalte-se que o ano de 2025 tem apresentado bom desempenho tanto das arrecadações diretas, das quais destaca-se o crescimento do *ISSQN*, bem como das transferências recebidas de outros entes, das quais destaca-se a transferência obrigatória de participação do *ICMS*. Na economia guarulhense, é importante destacar a recuperação do setor aeroportuário no que tange os dados de transporte aéreo de passageiros. Segundo a *ANAC*, o Aeroporto Internacional de Guarulhos apresentou crescimento na demanda de passageiros, contabilizada pelo indicador *RPK* (Revenue Passenger-kilometers, ou Passageiros-quilômetro pagos) em 9,6% no ano de 2024 frente ao ano anterior, recuperando a demanda anterior à pandemia de *COVID*, em 2020 e 2021. Convém registrar que a demanda de passageiros no aeroporto internacional de Guarulhos correspondeu a 27,04% da demanda de passageiros por quilômetro voado em todo o Brasil em 2024, e que já nos cinco primeiros meses de 2025 observa-se um crescimento de 7,7% acumulado em 12 meses.¹ Ressalte-se que, para além da própria receita do aeroporto internacional de Guarulhos, tal recuperação tem impacto em atividades de apoio logístico e no setor de hotelaria da cidade. Além disso, denota-se que o desempenho recente da economia em geral e o baixo desemprego no mercado de trabalho geram aquecimento do comércio e da prestação de serviços, e também do mercado imobiliário da cidade.

Nesse contexto, destaca-se as premissas para as projeções de receita no município de Guarulhos para o próximo exercício, tais quais os principais indicadores macroeconômicos, conforme demonstrado em quadro abaixo.

Indicador / Ano	2025	2026	2027	2028	2029
IPCA-IBGE (%)	5,2467	4,5465	4,0223	3,8314	3,8017
PIB (%)	2,2457	1,8520	1,9221	2,0295	2,0612
PIB SERVIÇOS (%)	1,9900	1,8446	1,8734	1,9426	1,9783
IPM-ICMS (%)	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
IPM-FUNDEB (%)	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
IPM-IPVA (%)	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10

Fonte: Relatório de expectativas de mercado FOCUS do Banco Central do Brasil, média das estimativas, data de referência de 20/06/2025.

Além disto, nas premissas aqui colocadas consideram-se as ações planejadas da Administração Municipal, com destaque à Secretaria da Receita, para aumento de arrecadação no ano de 2026, também com consequências para os anos seguintes. Em primeiro lugar, destacamos operações de regularização e inscrição de empresas situadas ou prestadoras de serviço ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, cuja regularização de inscrição neste município gerarão impactos em arrecadação direta de *ISSQN* e de *ICMS* (transferido pelo governo do estado de São Paulo). Além disso, preveem-se ações de modernização do software de tributação do *ISSQN*, cobrança de *ISSQN* em atividades de apostas eletrônicas (conhecidas como “bets”) e de plataformas de corridas por motoristas de aplicativo. Outra ação de impacto trata da atualização do cadastro imobiliário com base em aerolevantamento do cadastro imobiliário, que com atualização de imóveis construídos ou expandidos, deverá ter maior impacto nos lançamentos e arrecadações de *IPTU*, e no lançamento e arrecadações do *ISSQN* de construção civil.

Diante de todo o exposto, espera-se que a arrecadação da receita municipal reflita um bom desempenho, possibilitando o alcance dos patamares projetados para o exercício de 2026, assim como elencamos a seguir as principais receitas desta municipalidade, para as quais destaca-se

¹ Dados consultados em

que as projeções e variações apresentadas para os tributos abaixo se referem à receita principal dos mesmos, não contemplando receitas advindas de multas e juros, dívida ativa e multas e juros de dívida ativa.

IPTU

Para as receitas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU Principal, as projeções consideram o histórico arrecadado do imposto, o índice de inflação (*IPCA-IBGE*), e o crescimento do Produto Interno Bruto – *PIB*, projetados para os anos de 2026 a 2029, segundo a pesquisa *FOCUS* do Banco Central citada anteriormente. Também consolidam a decisão de manutenção do desconto de IPTU por pagamento no vencimento, aprovada pela Câmara Municipal de Guarulhos para o exercício de 2025, bem como a manutenção recém aprovada deste desconto para o exercício de 2026. Com isso, a metodologia que considerou na LOA para o exercício de 2025 a correção do IPTU não se efetivou. Portanto, os valores corrigidos do IPTU consideram os valores efetivamente arrecadados de IPTU em 2024 como base de projeção, mantendo-se para 2026 o desconto por pagamento até o dia do vencimento.

Por fim, além disso, levam em conta o impacto do aerolevanteamento dos imóveis em Guarulhos, considerando impactos de aumento da área construída em imóveis já existentes, como também os imóveis construídos em áreas ainda cadastradas como terrenos. Considerando-se os pontos acima mencionados com respeito ao IPTU, temos que a previsão de aumento para LOA 2026 é de um crescimento nominal de 0,40% perante a LOA 2025.

ISS e ITBI

Para as receitas projetadas de Impostos Sobre os Serviços de qualquer natureza - ISSQN, os principais fatores de projeção foram o histórico de arrecadações, as expectativas sobre o índice de inflação e sobre o crescimento do PIB de serviços, também estimados pelo relatório *FOCUS* do Banco Central do Brasil. Além disso, as projeções consideram o impacto do aumento de alíquotas em 1% de vários itens de serviço.

Quanto às ações previstas ao ISSQN por ações da municipalidade, destacam-se a implementação de cobrança de ISS sobre apostas eletrônicas (“bets”), a cobrança de ISSQN aplicado à construção civil decorrente da atualização das inscrições imobiliárias aerolevanteamento, a cobrança de ISSQN sobre as empresas de corrida por aplicativos, e a cobrança de empresas atuantes no aeroporto internacional de Guarulhos, cujos cadastros estão em atualização. No aspecto inerentemente de gestão, também são esperados aumentos de arrecadação por consequência de atualização do software GISSONLINE para uma nova versão. Com isso, as receitas projetadas de arrecadação de ISSQN preveem um aumento nominal de 42,60% (principal) perante o previsto na LDO revisada e LOA para o exercício de 2025.

Quanto ao Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI, é estimado um crescimento nominal de 42,07%. Tal crescimento deve-se ao aumento de 1% na alíquota do ITBI para imóveis adquiridos sem financiamento, e considera o histórico de arrecadação e as projeções para 2026 de crescimento do PIB e do IPCA, conforme estimado pelas expectativas da pesquisa *FOCUS* de 20/06/2025.

Receitas provenientes de contribuições

As receitas provenientes de contribuições, que englobam as contribuições sociais relacionadas à previdência municipal e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, devem apresentar aumento no exercício de 2026 de 0,11% em comparação à LDO revisada e LOA para o exercício de 2025. Para as projeções de receitas de contribuições

foram considerados os aumentos previstos do PIB, do IPCA e, no caso das contribuições sociais, também o crescimento vegetativo da folha de pagamentos.

Receitas provenientes de transferências entre os entes federativos

As transferências provenientes de outros entes federativos possuem relevante participação no total das receitas municipais, correspondendo a 55,35% do total da receita líquida prevista para 2026. Para o total de transferências correntes na LOA para o exercício de 2026, espera-se aumento nominal de 13,87% perante a LDO revisada e LOA para o exercício de 2025. Para todas as transferências, além do histórico de repasses, considerou-se as projeções do PIB e IPCA para o ano de 2026. No caso específico do IPVA, considerou-se o crescimento da frota de carros de 0,1% ao ano.

Das transferências advindas da União, destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto sobre a Produção Industrial – IPI. Projeta-se um crescimento nominal de 38,54% para o IPI e de 14,54% em termos nominais para o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, considerando-se os repasses mensais e também os adicionais dos meses de julho e dezembro.

Já as transferências estaduais referem-se às participações do Município nas arrecadações do ICMS e do IPVA. Para tais transferências, espera-se um aumento nominal de 20,28% para o ICMS e de 8,32% para o IPVA perante a LDO revisada e LOA para o exercício de 2025. Destaca-se que, a transferência da cota parte do ICMS para este município tem o peso projetado para a LOA do exercício de 2026 de 31,20% da Receita Total Líquida do Consolidado Municipal, e de 44,03% da Receita Total Líquida Própria da Prefeitura Municipal de Guarulhos. Destaque-se que sobre o ICMS, a prefeitura de Guarulhos está reivindicando o aumento do Índice de Participação do Município quanto à distribuição de sua cota parte, e além disso, são previstos aumento de repasse da cota parte devido a regularização das inscrições de empresas atuantes no aeroporto internacional.

As transferências do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 19/12/2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, em substituição ao FUNDEF, apresentam expectativa de queda nominal de 0,99% e queda real de 5,29% entre os exercícios de 2025 e de 2026, considerando também os recursos do VAAR-FUNDEB (Valor Aluno Ano Resultado).

Com relação às outras transferências legais, a perspectiva é de estabilidade, acompanhando a variação das receitas da União, em conformidade com o desempenho do PIB e da inflação.

Ingressos de empréstimos, convênios e receitas vinculadas

Considera-se a perspectiva de ingresso de recursos em 2026 advindos de: Programa Novo PAC (para a execução de obras de contenção de encostas, elaboração de estudos e projetos para o corredor de interligação linha Pimentas, e também para a regularização fundiária em alguns bairros, como o Jardim Vermelhão, Jardim Marilena - fases 2, 3 e 5, Jardim Jovaia II e Jovaia Velho, e ainda, a urbanização integral da microbacia hidrográfica do córrego Moinho Velho); Programa PAC II (programa Pró-Transporte para pavimentação de vias urbanas); Programa Desenvolve SP (obras de pavimentação e abertura de acesso à rodovia Presidente Dutra, construção de piscinões, drenagem e saneamento); Programa PROSEG BNDES/BID; Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura; e Programa de macrodrenagem e controle de inundações do Rio Baquirivú-Guaçu (CAF).



No tocante ao regime de assistência à saúde do servidor, a Lei Municipal nº 6083/2005 disciplinou a forma de seu custeio, consistente no ingresso de receitas mediante mensalidades, coparticipações em eventos pelos beneficiários, e aporte e complementações pelos órgãos municipais que possuam servidores aderentes ao regime.



MUNICÍPIO DE GUARULHOS - CONSOLIDADO GERAL

Tabela Explicativa da Evolução da Receita Lei Nº 4320/64 - Artigo 22 - Inciso 3 - Alíneas A, B, C

RECEITA

RECEITA ARRECADADA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS ANTERIORES A: 2025				RECEITA PREVISTA			
				EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO DE		
CLASSIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES	R\$ 5.879.893.443,19	R\$ 6.098.717.695,78	R\$ 6.947.463.470,05	R\$ 6.894.647.100,00	R\$ 7.901.883.900,00	R\$ 8.303.482.580,00	R\$ 8.814.253.590,00
INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 214.984.201,13	R\$ 221.998.742,71	R\$ 245.242.623,40	R\$ 252.075.200,00	R\$ 237.565.000,00	R\$ 246.120.000,00	R\$ 256.715.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 97.743.428,25	R\$ 251.424.047,99	R\$ 466.474.058,18	R\$ 277.453.700,00	R\$ 250.271.000,00	R\$ 42.657.000,00	R\$ 44.284.000,00
CONTAS							
RETIFICADORAS	R\$ 426.793.526,84	R\$ 437.686.926,37	R\$ 498.757.468,47	R\$ 511.437.600,00	R\$ 603.904.400,00	R\$ 642.948.200,00	R\$ 683.731.000,00
TOTAIS	R\$ 5.765.827.545,73	R\$ 6.134.453.560,11	R\$ 7.160.422.683,16	R\$ 6.912.738.400,00	R\$ 7.785.815.500,00	R\$ 7.949.311.380,00	R\$ 8.431.521.590,00